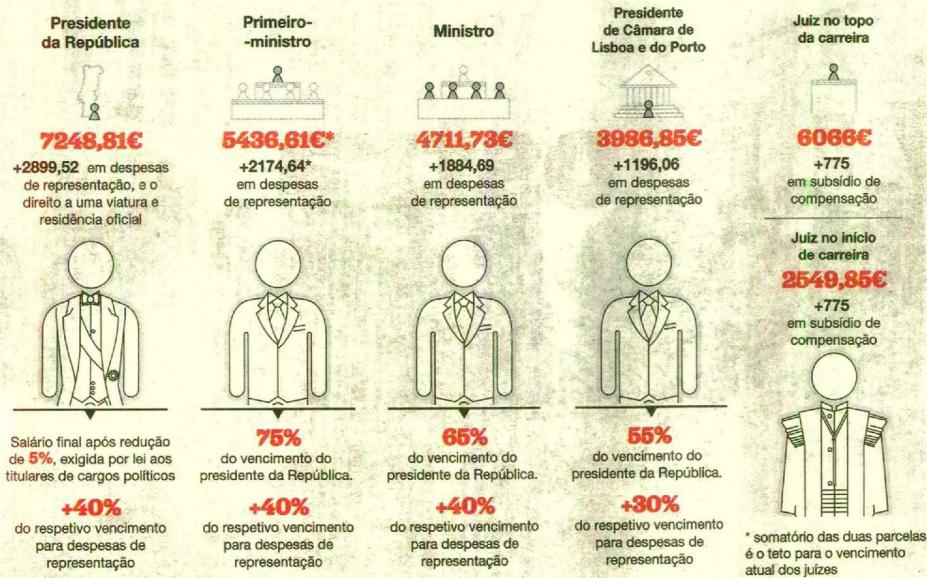




Esquerda dividida e Rio contra no salário de juízes

Proposta do PS sem consenso por permitir vencimento superior ao do chefe do Governo. Associação lembra apoio prometido por grupos parlamentares

Vencimentos de detentores de cargos políticos e públicos



INFOGRAFIA JN

Carla Soares
carlas@jn.pt

ESTATUTO A proposta socialista para o Estatuto dos Magistrados Judiciais está a dividir a Esquerda por eliminar, conforme acordado entre Governo e Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), o limite que não lhes permite ganhar mais do que o primeiro-ministro. À semelhança de Rui Rio, líder do PSD, o Bloco manifestou-se contra a proposta. Porém, o PCP vê com bons olhos o fim daquela norma que trouxe "distorções graves". Face a esta panóplia de posições, a associação recorda que todas as bancadas se comprometeram a viabilizar esta revisão.

Após dar entrada no Parlamento a proposta que permite aos magistrados dos tribunais superiores verem os seus salários subir, a ministra da Justiça defendeu que o fim do limite indexado ao salário do chefe de Governo repõe "uma remuneração a que já tinham direito". Francisca Van Dunem lembrou

que é uma das "grandes reivindicações" dos juizes por "ter deixado de haver estímulos à progressão, nomeadamente na ida para o Supremo Tribunal de Justiça". Recordou que desembargadores dos tribunais da Relação abdicavam de promoções, recusando ir para longe de casa por mais 28 euros.

"REFERÊNCIAS MÁXIMAS" Também o presidente da ASJP, Manuel Soares, destacou ao JN que não se trata de aumentar tabelas, mas, sim, de "aplicar em 2020 o que foi aprovado em 1990 e bloqueado seis meses depois" por uma lei que deveria ter sido temporária mas "perdurou até hoje".

Mesmo assim, a proposta não convenceu. Para o BE, os salários do presidente da República e do primeiro-ministro devem manter-se como "referências máximas". Ao JN, o deputado José Manuel Pureza argumentou que este limite tem "a vantagem" de evitar a "discrecionalidade" e "exceções para aqui e acolá".

Por isso, o BE é, "por princípio, bastante crítico" da proposta. "Sabemos que há necessidade de repor justiça aos juizes", sublinhou, mas "há outras formas de o conseguirmos, como a reposição do tempo de serviço". "Vamos ponderar a proposta. Sabemos que resultou de um acordo" para resolver "distorções graves na progressão das carreiras" criadas por "uma medida avulsa" de Cavaco, disse, pelo contrário, António Filipe (PCP) ao JN. E não vê solução "que não seja quebrar o teto".

Por sua vez, Rui Rio recusa o fim do limite: "Não é politicamente correto, nem popular, mas é a minha convicção há muitos anos: na Função Pública, o salário do presidente da República deve ser o mais alto e ninguém deve ganhar mais que o primeiro-ministro".

Pelo CDS, Nuno Magalhães criticou, na RTP, o Governo pela "gestão casuística do dossiê dos juizes", em vez de tratar de forma integrada as carreiras do Estado. ●

SUBSÍDIO

Associação lembra que em troca desiste de ação

O presidente da ASJP, Manuel Soares, diz ao JN "confiar" que a proposta será aprovada. Recorda que, quando da discussão na generalidade, "todos os partidos" destacaram "a importância de viabilizarem um acordo entre Governo e sindicato", incluindo com esta "incidência remuneratória". Por isso, diz-se "surpreendido" com Rui Rio. Nota que a proposta inclui o aumento em cem euros, para 875, do subsídio que não é atualizado desde 2005. Em troca, os juizes desistem de uma ação que poderia custar ao Estado "20 ou 30 milhões de euros".